

GÂNDAVO NA PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ, quinientos anos depois.

Sheila Moura Hue

Pero de Magalhães de Gândavo, autor do livro que inaugura a história e a geografia brasileiras em língua portuguesa, é hoje uma das figuras mais esquecidas (ou ignoradas) dos nossos anos fundadores. Em meio a tantas publicações sobre o Descobrimento, que ultrapassam a mera efeméride e indicam um amplo e democrático processo de redescobrimto de nossa história, tivemos muitas cartas de Caminha, várias revisões históricas, e até uma versão ultra-modernizada de Hans Staden, o pioneiro. Mas, infelizmente para o leitor moderno, nada de Gândavo e de sua ainda hoje brilhante *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, que continua dormitando no setor de Obras Raras das bibliotecas ou em edições esgotadas e inacessíveis.

A recepção da obra de Gândavo no Brasil seria outra se Emanuel Pereira Filho tivesse podido completar o projeto, interrompido por seu falecimento prematuro, de publicação de uma edição crítica da *História da Província* e das duas versões manuscritas que a antecedem. Consegui cumpri-lo apenas em parte, com a edição do manuscrito intitulado *Tratado da província do Brasil*,¹ texto que se tornou mais conhecido e freqüentemente mais citado que a última e definitiva versão publicada em Lisboa em 1576. Note-se que em contraponto à escassez dos estudos sobre o autor no Brasil, a bibliografia sobre Gândavo é maciçamente

produzida por investigadores portugueses, destacando-se os trabalhos mais recentes de Maria Leonor Carvalhã Buescu, Jorge Couto e Vasco Graça Moura.

Uma das poucas notícias sobre Gândavo disponível nas livrarias brasileiras está no *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*,² em que o primeiro historiador do Brasil ganha o merecido verbete. No entanto, o homem a quem somos apresentados ali difere sobremaneira daquele que conhecemos ao lermos seus livros ou ao consultarmos a bibliografia específica. Primeiro, por ser dada maior ênfase a um dos aspectos menos relevantes e mais questionáveis de sua biografia: Gândavo seria o Pero de Magalhães que um documento contemporâneo registra ter sido condenado ao degredo em África por amores com uma escrava. Esta informação refere-se a um dos sete documentos conservados na Torre do Tombo apresentados por Luís de Matos³ em conhecido trabalho e que não repercutiu nas demais investigações biográficas levadas a cabo sobre o autor. Há muito mais concordância sobre um outro documento – e o próprio Luís de Matos parece mais convencido disso⁴ –, um alvará de D. Sebastião datado de 1576, em que Pero de Magalhães, “meu moço da câmara,” é nomeado “provedor da minha fazenda na capitania da cidade de salvador da baía de todos os santos nas partes do Brasil,” por haver servido na Torre do Tombo “em trasladar alguns livros e papéis de meu serviço.”

De fato, sabe-se muito pouco acerca da vida de Gândavo e de muitos de seus contemporâneos. Mas há consensos. Não há quem tenha posto em dúvida as informações fornecidas por Barbosa Machado,⁵ que define o autor da *História da Província* como “insigne humanista e excelente latino,” nascido na cidade de Braga, e de ascendência flamenga como denota o sobrenome Gândavo (derivado de Gand). Ainda segundo o bibliógrafo setecentista, nosso historiador teria aberto escola pública de latim em sua província natal de Entre Douro e Minho, “onde foi casado.”

Voltando ao verbete, e Bárbaras cativas à parte, somos informados, nas linhas seguintes, de outros pormenores inquietantes: que Gândavo provavelmente nunca esteve no Brasil e que teria escrito apenas uma obra, a *História da Província Santa Cruz*, “considerada a primeira história do Brasil, apesar de restrita à descrição dos recursos econômicos, plantas e animais da nova terra.”⁶ Portanto, seria alguém que escreveu sobre algo que não viu – e isso em pleno vigor do *saber só de experiências feito* –, mais afeito às viagens carnavais que às atlânticas. O que não deixa de ser uma injustiça com o homem que trabalhou duro para “escrever como testemunha de vista”⁷ a primeira notícia desta terra descoberta fazia mais de setenta anos e mais estimada e melhor sabida, naqueles bravios tempos, pelos estrangeiros⁸ que por “nossos naturais.”

Para preencher essa lacuna nas letras portuguesas, o humanista bracarense elabora quatro versões sucessivas da mesma obra. Primeiro o *Tratado da Província do Brasil*, manuscrito dedicado à rainha D. Catarina, em seguida uma nova redação intitulada *Tratado da Terra do Brasil*, dedicada ao Cardeal Infante D. Henrique, e, finalmente, numa terceira reescritura, Gândavo leva à tipografia, em 1576, a *História da província Santa Cruz*, texto mais elaborado e caudaloso que os dois primeiros, e do qual se conhecem duas versões, a impressa por Antônio Gonçalves – que quatro anos antes havia publicado *Os Lusíadas* –, e a que se encontra em um rico manuscrito da Biblioteca do Mosteiro do Escorial.

A *História da província* permanece ainda hoje um texto vivo e saboroso, e se não é uma história no sentido moderno, é um vigoroso relato renascentista em que a experiência, a observação e o impulso de conhecer o novo mundo em todas as suas dimensões se mesclam a um imaginário de sabor ainda medieval. Sob o título geral de *História*, Gândavo reúne um amplo cabedal de informações. Dá notícias do descobrimento do Brasil, discorre sobre as oito mais importantes capitânias, informa pormenores náuticos e geográficos (mas curiosamente não os pormenores políticos), descreve os gigantescos e furiosos rios brasileiros, dá conta das potencialidades agrícolas da terra (omitindo dados referentes à produção açucareira e algodoeira, que havia incluído nas outras versões), faz o inventário dos então nunca vistos animais e plantas, de maneira que um tatu e um cacho de bananas surgem como que saídos de um bestiário medieval, profetiza “as grandes riquezas que se esperam da terra do sertão” e assombra seus leitores com descrições minuciosas dos usos e costumes dos índios, já então caídos do paraíso terreal de Caminha. Temos, portanto, história num sentido amplo, reflexo da mente plural do humanista, história natural, política, social e etnográfica. E, ainda, o maravilhoso indispensável aos relatos de viagem da época na “verdadeira” história do monstro marinho, morto na capitania de São Vicente em 1564, cujo episódio Gândavo conclui com uma verdadeira profissão-de-fé de um digno contemporâneo de Garcia de Orta:

E tudo se pode crer, por difícil que pareça, porque os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem, para que com razão possa negar e ter por impossível as coisas que não viu, nem de que nunca teve notícia.

Além do interesse por conhecer os novos mundos – esteve no Brasil⁹ e possivelmente também na Índia, onde terá conhecido Luís de Camões¹⁰ – e de coletar e registrar cuidadosamente as informações de sua *História*,

Gândavo corajosamente meteu-se numa outra aventura, da qual saiu amplamente recompensado. Em 1574, publica, “a rogo de amigos,” também pela oficina de Antônio Gonçalves, as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa, com um Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*, livro de pouco mais de quarenta folhas, que se destacava das demais obras de teor lingüístico e gramatical de sua época¹¹ – como as de João de Barros e Fernão de Oliveira –, por visar não o leitor culto e aristocrático mas aqueles que não tinham “inteligência de latim” e que escassamente sabiam “que coisa é nome e que coisa é verbo.” O livro, cuja aparência física se assemelha a um panfleto, no pequeno e portátil formato de um livro de orações, pretendia ser um guia fácil e simples para aqueles que escreviam (mal) o português.

Assim como a *História da Província*, elaborada “especialmente para que todos aqueles que nestes reinos vivem em pobreza não duvidem escolhê-la para seu amparo”, as *Regras* testemunham um projeto de divulgação cultural de caráter acentuadamente democrático, nesse momento em que a imprensa em Portugal começa um franco ciclo de expansão. O tom descomplicado do discurso da ortografia de Gândavo parece ter atingido plenamente seu objetivo, tornando-o o livro de gramática mais lido em Portugal, única obra do gênero a merecer três edições no século XVI.¹² Outro destino teve a *História da Província* que só veio a merecer uma segunda edição em 1858.¹³

Com as *Regras*, Gândavo participa do amplo esforço de dignificação da língua portuguesa, para o qual conjugavam humanistas e poetas, como Antônio Ferreira, no contexto da afirmação da autonomia política e intelectual de Portugal frente à hegemonia castelhana. Não apenas no esforço de normatizar o uso da língua mas também na defesa de suas qualidades expressivas, como atesta o *Diálogo em defesa*, uma divertida disputa bilíngüe entre um português (Petrônio) e um castelhano (Falêncio) sobre a superioridade de seus respectivos idiomas. Petrônio, ao exemplificar a gravidade e excelência da língua portuguesa, cita Sá de Miranda, João de Barros, Diogo Bernardes, Antônio Ferreira, e faz o primeiro elogio impresso sobre o poeta que há apenas dois anos havia publicado *Os Lusíadas*: “Vede as obras de nosso famoso poeta Luís de Camões de cuja fama o tempo nunca triunfará.”

Elogio precursor, único em vida do poeta, numa época em que a recepção de *Os Lusíadas* andava envolta em brumas, como denota, por exemplo o prólogo ao leitor do *Segundo Sucesso de Diu*, do poeta cortesão Jerônimo Corte Real, publicado em 1574 por Antônio Gonçalves, em que o autor ignora (ou finge ignorar) completamente a existência do épi-

co de Camões. Gândavo, além deste elogio posto nas *Regras*, também pede a Camões os poemas que dedicam a *História da província* a D. Leonis Pereira. Nestes, o poeta devolve o elogio dizendo que o historiador “tem claro estilo, engenho curioso.” Note-se que os tercetos “Depois que Magalhães teve tecida” e o soneto “Vós Ninfas da gangética espessura” são, ao lado da ode publicada no *Diálogo dos Simples* de Garcia de Orta, os únicos poemas da lírica de Camões publicados ainda em vida do poeta.

É curioso observar que, apesar da modéstia com que Gândavo apresenta seu livro de gramática, e de precavidamente pôr-se sob a proteção de D. Sebastião – “para que seguramente e sem o temor dos maldizentes possa sair à luz”² –, não deixa de ser notável fazer a estréia em letra de forma com uma obra dessa natureza. Vejamos o que diz a respeito disso o licenciado Duarte Nunes de Leão, autor de vários livros publicados nas últimas três décadas do século XVI, na epístola dedicatória de sua *Ortografia da língua portuguesa*:¹⁴

Porque nestes tempos a mais certa paga destas empresas é a ingratidão, e murmurações, e a novidade desta invenção necessariamente havia de ter muitos contraditores, receei na mocidade o que me agora V. S. obriga a fazer na minha velhice.

Comparada a essa tirada, não deixa de ser corajosa a observação de Gândavo no prólogo da *História da província*:

Pelo que devo ser desculpado das faltas que aqui me podem notar, digo pelos discretos, que com são zelo o costumam fazer, que dos idiotas e maldizentes bem sei que não hei de escapar, pois está certo não perdoarem ninguém.

Gândavo certamente não foi um João de Barros, a quem admirava sobremaneira, e em quem se baseou para narrar o descobrimento do Brasil e defender a tese do correto nome da nova terra, que deveria ser chamada cristãmente de Santa Cruz e não com o nome de um “pau que não serve mais que para tingir panos ou coisas semelhantes.” Nosso historiador não era um autor institucional, não escrevia para os *altos espíritos*, mas num estilo “fácil e chão,” “desejoso de agradar a todos,”³ e com objetivos mais pragmáticos como o de atrair colonos para a então pouco habitada província tropical. Porém, a exemplo do mestre, cultivou tanto a defesa da língua quanto o propósito de dar “feição de história” aos novos horizontes que se abriam. Esses dois focos de interesse confirmam

alguns dos dados biográficos a ele imputados. O humanista e latinista descrito por Barbosa Machado dá o testemunho de seu saber e de suas convicções nas *Regras* e no *Diálogo* que as acompanha. O moço da câmara de D. Sebastião que copiava papéis e livros na Torre do Tombo – onde, segundo Vasco Graça Moura, deve ter convivido com Damião de Góis¹⁵ – parece dar o testemunho dessa experiência no prólogo da *História*:

E se os antigos portugueses e ainda os modernos não fossem tão pouco afeiçoados à escritura como são, não se perderiam tantas antigüidades entre nós de que agora carecemos, nem haveria tão profundo esquecimento de muitas coisas, em cujo estudo muitos homens doutos se têm cansado, e revolvido grande quantidade de livros sem as poderem descobrir, nem recuperar a maneira como se passaram. [grifo nosso]

Sua passagem pelo Brasil pode ser confirmada se dermos crédito ao próprio Gândavo, quando diz, no *Tratado da província*, “a maior parte das coisas que aqui escrevo vi e experimentei.” E não depõe contra isso o ter usado fontes escritas para aperfeiçoar sua obra, elaborando informações de João de Barros, Damião de Góis, Manuel da Nóbrega e do cosmógrafo Pedro Apiano.¹⁶ Não era mais que conjugar o saber feito de experiências com o honesto estudo, a exemplo do amigo poeta.

De sua estadia na Índia, indicada por uma carta de D. Sebastião ao Vice-Rei D. Luís de Ataíde,¹⁷ datada de 1568, sobre um Pero de Magalhães, seu moço da câmara, pode-se ainda levar em conta o fato do paratexto da *História da província* ser, digamos assim, maciçamente indiano. O livro é dedicado a D. Leonis Pereira “governador que foi de Malaca e das mais partes do sul da Índia” e apresentado por dois poemas de Luís de Camões, poeta que havia passado dezesseis anos no Oriente. E é curioso que nestes poemas o Brasil é apenas citado no verso “a Terra Santa Cruz pouco sabida,” sendo o motivo principal de louvor as façanhas guerreiras de D. Leonis em Malaca contra o rei de Achém e uma espécie de consílio dos deuses em que o herói português é escolhido para defender o livro de Gândavo dos maldizentes.

Não devia ser incomum nessa época que os homens, a exemplo das frutas indianas que se aclimatavam no Brasil e vice-versa, também viessem a fazer o percurso entre esses dois países hoje tão distantes. Se Gândavo esteve no Brasil e também na Índia, é digno de nota que escolhesse escrever sobre a província de Santa Cruz, tão pouco sabida e estimada pelos portugueses, e não sobre o lucrativo Oriente, matéria muito mais valorizada por seus contemporâneos. Como observa Jorge Couto,

“o humanista bracarense teve a lucidez de acentuar que o futuro de Portugal se situava no Atlântico, e não no Oriente.”¹⁸

Mas o futuro de Gândavo no Brasil não seria tão brilhante. E, à vista disso, nosso primeiro historiador talvez se juntasse, mais uma vez, ao amigo poeta, reclamando a devida recompensa pelo trabalho de sua pena:

*A troco dos descansos que esperava,
Das capelas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram!*¹⁹

Notas

¹ *Tratado da província do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965.

² *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, dir. Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

³ Luís de Matos, “Pero de Magalhães de Gândavo e o Tratado da província do Brasil”, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. III, n.4, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, pp.625-639 .

⁴ Sobre os dois documentos respeitantes a Pero de Magalhães, escreve Luís de Matos (op. cit., p.626): “Estamos em presença de dois homônimos ou de um só personagem? É difícil decidir, embora nos inclinemos para a primeira hipótese. [...] Em qualquer dos casos parece que temos aqui o autor da *História da província Santa Cruz*, e enquanto não for revelada nova documentação nada se opõe a que o provedor da baía nomeado em 1576 seja na realidade Pero de Magalhães de Gândavo.”

⁵ *Biblioteca Lusitana*, III, p. 591.

⁶ *Dicionário do Brasil Colonial*, p. 482.

⁷ *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa, Antônio Gonçalves, 1576. Epístola dedicatória a D. Leonis Pereira.

⁸ Antes de Gândavo publicar sua *História*, o Brasil havia sido objeto das obras de Hans Staden (1557) e de André Thevet (1557-1558-1575).

⁹ A data da estadia brasileira é motivo de controvérsia. Emanuel Pereira Filho (Introdução ao *Tratado da província do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965) supõe que se tenha dado entre 1568 e 1571. Jorge Couto (“Comentário/Pero de Magalhães de Gândavo e a ‘História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil’ no contexto da cultura renascentista portuguesa”, in *O Reconhecimento do Brasil*, Lisboa, Alfa, 1989) aponta o “período compreendido aproximadamente entre data anterior a 1565 e 1568”. Vasco Graça Moura (*Sobre Camões, Gândavo e outras personagens*, Lisboa, Campo das Letras, 2000) supõe que Gândavo esteve no Brasil antes 1564.

¹⁰ Emanuel Pereira Filho, Introdução ao *Tratado da província do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965, p. 4; Vasco Graça Moura, *Sobre Camões, Gândavo e outras personagens*, Lisboa, Campo das Letras, 2000, pp. 118 e segs.

- ¹¹ Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Introdução à edição fac-similada das Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.
- ¹² Por Antônio Gonçalves em 1574, por Belchior Rodrigues em 1590 e por Alexandre Siqueira, em 1592, acostado a *Exemplares de Diversas sortes de Letras, tirados da Polygrafia de Manuel Barata*.
- ¹³ Rubens Borba de Moraes (*Bibliographia Brasiliana*, Amsterdam-Rio, 1958) aponta a possibilidade do livro ter sido tirado de circulação. Vão ao encontro dessa idéia as observações de Francisco Leite de Faria (Nota Prévia à edição fac-similada da *História da província Santa Cruz*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984): Faria e Sousa não conheceu o livro, Jorge César de Figanière e Inocêncio não conseguiram vê-lo, há apenas um exemplar em Portugal, comprado de um bibliófilo inglês, e os poemas de Camões que dedicam a *História* a D. Leonis Pereira apresentam diferenças textuais dos publicados nas *Rimas* de 1598, “sinal de que o compilador dessa edição ou não conhecia o impresso de 1576, que já então seria raro, ou preferiu-lhe uma cópia manuscrita.”
- ¹⁴ *Ortografia da língua portuguesa*, Lisboa, por João Barreira, impressor do rei, com Privilégio Real, 1576.
- ¹⁵ Vasco Graça Moura, *Sobre Camões, Gândavo e outras personagens*, Lisboa, Campo das Letras, 2000, pp.126-129.
- ¹⁶ João de Barros é citado no cap. I da *História da Província*. Pedro Apiano é citado apenas no manuscrito do Escorial, cap. V.
- ¹⁷ Vasco Graça Moura, *op. cit.*, pp.117-118.
- ¹⁸ Jorge Couto, “Comentário/Pero de Magalhães de Gândavo e a ‘História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil’ no contexto da cultura renascentista portuguesa”, in *O Reconhecimento do Brasil*, Lisboa, Alfa, 1989, p.124.
- ¹⁹ Lus., VII, 81.